



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

Relações econômicas entre o Brasil e o Mundo Árabe: sobre a ampliação do comércio, a garantia da segurança alimentar e a construção de parcerias estratégicas

Economic relations between Brazil and the Arab World: on trade expansion, food security and strategic partnership

Relaciones económicas entre Brasil y el Mundo Árabe: sobre la expansión del comercio, la garantía de la seguridad alimentaria y la creación de alianzas estratégicas

DOI:10.21530/ci.v18n2.2023.1305

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Edmilson Milan¹

Silvia Regina Ferabolli²

Alexandre Gonçalves³

Resumo

Este artigo demonstra como a construção de uma parceria estratégica entre o Brasil e o Mundo Árabe pode atingir o duplo objetivo de ampliar o comércio internacional brasileiro e contribuir

- 1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Professor de disciplinas relacionadas a Negócios e Relações Internacionais na Univates – Rio Grande do Sul. (edmilan11@hotmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6246-0190>
- 2 Doutora em Política Internacional pela Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres (SOAS). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. (silviaferabolli@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0589-3998>
- 3 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Professor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Oficial do Magistério do Ensino Superior de Relações Internacionais da Força Aérea Brasileira. (goncalvesag@fab.mil.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7083-6618>

Artigo submetido em 22/09/2022 e aprovado em 29/05/2023.





para a segurança alimentar dos países árabes. Fazendo uso de uma metodologia simples, mas rigorosa, de análise de documentos, o artigo conclui que uma parceria estratégica poderia alavancar as relações comerciais e econômicas árabe-brasileiras e que o Brasil deve investir no potencial exportador das pequenas e médias empresas, as quais podem vir a promover a necessária diversificação da pauta de exportações do país para o Mundo Árabe.

Palavras-chave: Comércio Árabe; Estratégia; PMEs.

Abstract

This article demonstrates how the construction of a strategic partnership between Brazil and the Arab World can achieve the dual objective of increasing Brazilian international trade and contributing to the food security in the Arab countries. Using a simple and yet rigorous document analysis methodology, the article concludes that a strategic partnership could upgrade Arab-Brazilian trade and economic relations and that Brazil should invest in the export potential of small and medium-sized companies, which may promote the necessary diversification of the country's exports to the Arab World.

Key-words: Trade Arab; Strategy; SMEs.

Resumen

Este artículo demuestra cómo la construcción de una asociación estratégica entre Brasil y el Mundo Árabe puede lograr el doble objetivo de aumentar el comercio internacional brasileño y contribuir a la seguridad alimentaria de los países árabes. Haciendo uso de una metodología sencilla pero rigurosa de análisis documental, el artículo concluye que una asociación estratégica podría apalancar las relaciones comerciales y económicas árabe-brasileñas y que Brasil debería invertir en el potencial exportador de las pequeñas y medianas empresas, lo que puede promover la necesaria diversificación de las exportaciones del país al Mundo Árabe.

Palabras clave: Negocio Árabe; Estratégia; PMEs





Introdução

A constante busca pela liberação comercial promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a ampliação dos acordos de blocos econômicos e um maior interesse das empresas por mercados globais são fatores que têm influenciado no rápido crescimento do comércio internacional nas últimas décadas. Entre 1995 e 2021, o comércio internacional de bens e serviços saltou de US\$ 6.3 trilhões para US\$ 27.3 trilhões (World Trade Organization 2015; 2022). A participação dos países do Sul Global foi fundamental para este incremento, já que as exportações de mercadorias realizadas por estes países, que representavam aproximadamente 27% do total exportado pelo mundo em 1993, alcançaram relevantes 47,5% das exportações mundiais em 2021 (World Trade Organization 2022).

Entretanto, o Brasil permanece apresentando uma participação modesta no comércio internacional, ocupando somente a vigésima quinta posição entre exportadores globais no ranking da OMC, representando cerca de 1,3% do total exportado mundialmente em 2021. Esses números são verdadeiros mesmo verificando-se o forte incremento nas exportações brasileiras para China, notadamente commodities, que eram de US\$ 779 milhões em 1993 e atingiram US\$ 87,9 bilhões em 2021, representando 32% do total exportado pelo Brasil em 2021 (ME 2022).

Historicamente, as exportações brasileiras concentram-se em poucos produtos, notadamente relacionados à indústria extrativa, à agropecuária e a produtos da indústria da transformação relacionados ao agronegócio. Nesse sentido, em 2021, as exportações de minério de ferro (16%) e óleos brutos de petróleo ou minerais betuminosos crus (11%) representaram 27% do total das exportações brasileiras. Na agropecuária, a soja (14%), o café não torrado (2,1%), o milho (1,5%), e o algodão em bruto (1,2%) participaram com 18,8% das vendas externas do Brasil no mesmo ano. E, por fim, os principais produtos da indústria da transformação, relacionados ao agronegócio brasileiro⁴, representaram 16,4% das exportações brasileiras em 2021. Estes produtos supracitados responderam por 64,1%⁵ do

4 Açúcares e melações (3,3%), carne bovina resfriada ou congelada (2,8%), farelos de soja (2,8%), carnes de frango e suas miudezas (2,5%), e celulose (2,4%).

5 Adicionando também os óleos combustíveis de petróleo ou de minerais não betuminosos (2,6%) e ouro não monetário (1,9%), que são considerados produtos da indústria da transformação, relacionados à indústria extrativa.





total exportado pelo Brasil no ano de 2021, o que revela a forte concentração das exportações brasileiras em poucos produtos não manufaturados (ME 2022a).

Os dados relacionados aos principais destinos das vendas externas do Brasil também indicam forte concentração: em 2021, os dez maiores países importadores do Brasil compraram US\$ 175,2 bilhões em mercadorias brasileiras, representando 62,4 % do total das exportações do país. Desse total, US\$ 14,4 bilhões foram exportados para os 22 países membros da Liga de Estados Árabes (LEA), considerados, em conjunto, como o terceiro maior destino das exportações brasileiras (Monitor Mercantil 2020; ANBA 2020; UXCOMEX 2021).

De acordo com o último relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO 2021), os 22 países que constituem o Mundo Árabe, ou a região árabe, enfrentam hoje a realidade de ter pelo menos um terço de sua população, estimada em mais de 400 milhões de habitantes, vivendo em situação de insegurança alimentar. Isso significa que mais de 30% da população não tinha acesso regular a alimentos suficientes e nutritivos no ano de realização da pesquisa da FAO – 2020.

Certamente, o impacto econômico da COVID-19 e as mudanças climáticas são fatores importantes para compreender o aumento dos níveis de insegurança alimentar nos últimos anos no Mundo Árabe. Contudo, as crises prolongadas na Síria, Líbia, Iêmen e Líbano, além da pobreza extrema que assola vários países da região (como a Somália e o Sudão), resultado direto de conflitos cujas origens e desenvolvimento são, muitas vezes, determinadas por forças externas, “continuam sendo uma das principais causas da fome na região”, afirmou Abdulhakim Elwaer, representante da FAO (MEMO 2021).

Essa situação de vulnerabilidade em termos de acesso contínuo e confiável a alimentos é o que leva os chefes de Estado árabes a buscar no Brasil as commodities alimentícias capazes de nutrir suas populações, especialmente em termos de proteína animal. Contudo, a enorme distância entre a região sul-americana e aquela árabe, as limitações de infraestrutura portuária e de transporte, além dos entraves burocráticos (como dupla-tributação) e da ausência de instituições financeiras brasileiras operando no Mundo Árabe⁶ (e vice-versa) impedem o adensamento do comércio bilateral árabe-brasileiro (CCAB 2020). Se as relações do Mundo Árabe com a China já foram elevadas para a categoria

6 Não há nenhuma agência/escritório de representação de banco brasileiro em países do LEA; no Brasil, há somente o Banco ABC, controlado pelo Arab Banking Corporation, e um escritório de representação do First Abu Dhabi Bank em São Paulo (SP).





de “parceria estratégica de cooperação abrangente e desenvolvimento comum”, como anunciou o presidente Xi Jinping durante a cerimônia de abertura da oitava reunião ministerial do Fórum de Cooperação China-Estados Árabes, em julho de 2018 (MFA 2018), seria o caso de o Brasil considerar algo nesse sentido, se pretende manter cativo esse mercado de mais de 400 milhões de consumidores e estreitar suas relações com seu terceiro maior destino de exportações – o Mundo Árabe.

Ante o exposto, surge a seguinte indagação: a necessidade brasileira de ampliar sua participação no comércio internacional e a exigência do Mundo Árabe de garantir sua segurança alimentar podem se constituir como bases de sustentação para a construção de uma parceria estratégica entre o Brasil e o Mundo Árabe? Esse é o problema que guia essa pesquisa, cuja contribuição para o desenvolvimento dos estudos de Relações Internacionais repousa mais nos dados empíricos que traz sobre as relações econômico-comerciais árabe-brasileiras do que uma discussão mais aprofundada sobre as teorias da cooperação internacional. Entende-se o conceito de parceria estratégica conforme aquele definido por Tyushka e Czechowska (2019, 11), segundos os quais “em Relações Internacionais, as parcerias estratégicas são um modo emergente de engajamento internacional e um vetor de associação de política externa em um mundo policêntrico (multipolar, multinodal, pós-bi/unipolar) e poli-agencial (multi-poder, multi-ator, multi-agência)”. Michalsky (2019) complementa essa definição, explicando que esse tipo de parceria é caracterizada como um ato político deliberado de concertação entre Estados visando explorar interações bilaterais com a finalidade de atingir objetivos de ordem social, reputacional ou ideológica. Essa interação, portanto, molda relações já existentes e conflui para a atuação concertada entre os entes em organizações internacionais, além de criar novas relações entre os parceiros, visando, através do aprofundamento de laços, o alcance de propósitos comuns.

Em termos de método, essa é uma pesquisa fundamentalmente documental, ancorada em pesquisa bibliográfica. As informações referentes às exportações brasileiras foram obtidas junto ao site do Ministério da Economia do Brasil, enquanto os dados de exportação e importação dos países da Liga Árabe foram extraídos da *International Trade Statistics Yearbook*, da Organização das Nações Unidas, e apresentados conforme o ano mais recente disponível de cada país na referida publicação. Dados disponibilizados pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e pela Agência de Notícias Brasil-Árabe (ANBA) foram amplamente utilizados como fontes de informações sobre as relações bilaterais





e complementados com informações encontradas junto aos sites do Banco Mundial e da United Nations Economic and Social Commission for Western Asia (ESCWA). Em linhas gerais, o artigo conclui que i) a demanda brasileira de ampliar sua participação no comércio internacional e o imperativo árabe de garantir sua segurança alimentar podem se constituir como bases de sustentação para a construção de uma parceria estratégica entre o Brasil e o Mundo Árabe; ii) o Brasil deve mobilizar sua capacidade econômica e diplomática para construir uma parceria estratégica com os países árabes em moldes similares àquele que a China já vem engendrando desde 2004, ano de lançamento do Fórum de Cooperação sino-árabe; iii) o Brasil deve investir no potencial exportador das pequenas e médias empresas, as quais podem vir a promover a necessária diversificação da pauta de exportações do país para a região árabe.

A evolução das relações comerciais entre o Brasil e o Mundo Árabe

A balança comercial entre o Brasil e os países árabes tem demonstrado incremento constante. Conforme visto no Quadro 1, entre os anos 2000 e 2021, houve uma importante elevação do comércio bilateral, com o fluxo de comércio saltando de US\$ 4,3 bilhões em 2000 para US\$ 24,2 bilhões em 2021.

Quadro 1 – Balança Comercial entre o Brasil e os Países da Liga Árabe em 2000, 2010, 2020 e 2021 – em milhões de US dólares

Fluxo/ano	2000	2010	2020	2021
Exportações	1.497,5	12.474,5	11.436,3	14.432,2
Importações	2.883,8	6.966	5.376,1	9.825,6
Fluxo Comercial	4.381,3	19.440,5	16.812,4	24.257,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos no site do Ministério da Economia para os anos de 2000 a 2021.

Conforme dados do Ministério da Economia, as exportações brasileiras para os países árabes representaram 2,72 % do total das exportações brasileiras em 2000 e 5,14 % em 2021. A importância desse crescimento percentual ocorrido entre 2000 e 2021 é reforçada quando se considera que, durante esse mesmo período, houve significativo e exponencial crescimento das importações chinesas de produtos brasileiros (US\$ 1,08 bilhão em 2000 para US\$ 87,9 bilhões em 2021),





ou seja, o fato da China ter se colocado firme na liderança de maior importador brasileiro, a partir de 2009, não impediu os países árabes de aumentar a sua margem de participação no total das exportações globais do Brasil. O Quadro 2, abaixo, revela os dez principais destinos das exportações brasileiras para o Mundo Árabe nos anos 2000, 2010, 2020 e 2021. Ressalta-se que todos os 22 países que constituem a região importaram produtos brasileiros.

Quadro 2 – Dez principais destinos das exportações brasileiras – LEA

Posição/ano	2000	2010	2020	2021
Primeiro	Arábia Saudita	Arábia Saudita	EAU	EAU
Segundo	Egito	Egito	Arábia Saudita	Arábia Saudita
Terceiro	EAU	EAU	Egito	Egito
Quarto	Marrocos	Argélia	Argélia	Bahrein
Quinto	Iêmen	Marrocos	Omã	Omã
Sexto	Bahrein	Bahrein	Bahrein	Argélia
Sétimo	Líbano	Síria	Marrocos	Marrocos
Oitavo	Líbia	Líbia	Iraque	Iraque
Nono	Argélia	Iêmen	Iêmen	Líbia
Décimo	Kuweit	Kuweit	Catar	Tunísia

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos no site do Ministério da Economia para os anos de 2000 a 2021.

Em 2020, as importações globais dos países do LEA alcançaram os US\$ 709,6 bilhões, sendo os países integrantes do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), a saber, Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã, responsáveis por pelo menos US\$ 428,8 bilhões dessas importações. Esses números não causam surpresa, visto que essa sub-região, dentro do Mundo Árabe, abriga os grandes exportadores de petróleo árabe, alguns dos quais figuram na lista das maiores economias do mundo, sejam em termos de PIB, como a Arábia Saudita, ou PIB per capita, como os Emirados Árabes Unidos.

Os dados revelados pelo Quadro 3 também evidenciam uma concentração excessiva da pauta exportadora brasileira para os países árabes, sendo que 88,63% do total exportado pelo Brasil para aqueles países, em 2021, resumiram-se a apenas dez produtos.





Quadro 3 – Principais produtos exportados pelo Brasil para os países da LEA em 2021

Mercadoria	Valores em milhões de US\$	% sobre o total exportado
Minério de Ferro	3.830,6	26,5 %
Açúcar	2.760,4	19,1 %
Carne de frango e suas miudezas, congelados	2.410,9	16,7 %
Milho	1.047,7	7,2 %
Soja e seus derivados, inclusive bagaço	901	6,2 %
Carne bovina, refrigerada e congelada	882,4	6,1 %
Ouro em barras (inclusive bulhão dourado)	452,6	3,1 %
Café ver descrição	229,6	1,6 %
Pastas químicas de madeira	171,5	1,2 %
Outros trigos ou tabaco	105	0,7 %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos no site do Ministério da Economia para os anos de 2000 a 2021.

Os dez produtos destacados pelo Quadro 3 definitivamente integram as principais mercadorias da pauta exportadora brasileira e representam setores nos quais o Brasil possui reconhecidos diferenciais competitivos. No que se refere aos produtos do agronegócio, a complexidade da cadeia produtiva proporciona empregos e renda, pois envolve milhares de produtores que alcançam seus produtos para a indústria processadora e exportadora final. De qualquer maneira, é necessário esclarecer que estes dez produtos são notoriamente exportados por grandes corporações⁷ brasileiras. A centralidade das grandes empresas nas exportações brasileiras não provoca espanto, na medida em que essas normalmente têm suas atividades amparadas por estruturas robustas de produção, possuem maior capacidade financeira e, muitas vezes, apresentam larga experiência em mercados estrangeiros.

A pauta de produtos brasileiros exportados para o Mundo Árabe é concentrada; os países árabes que importam volumes significativos do Brasil são limitados; e as empresas brasileiras responsáveis por essas exportações são poucas. Mesmo assim, os 22 países membros da LEA ainda representam o terceiro maior destino das exportações globais brasileiras. Não resta dúvida de que uma maior aproximação do

⁷ Não há consenso na literatura mundial sobre definição de porte de empresa. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) utilizam o mesmo parâmetro para definição do porte de empresas: estabelecimentos que possuem entre 10 a 49 empregados como empresa de pequeno porte; estabelecimentos que possuem entre 50 a 249 empregados como empresa de porte médio; e estabelecimentos que empreguem mais de 250 pessoas como empresa grande porte.





governo brasileiro com os países árabes – em moldes similares àquela promovida pela China, na esfera da parceria estratégica – é crucial para estreitar os laços árabes-brasileiros. Para tanto, o adensamento das já existentes relações culturais, sociais e econômicas, além daquelas comerciais, entre o Brasil e o Mundo Árabe, é condição necessária para a expansão de negócios brasileiros com a região árabe. O sucesso de tal empreitada poderá contribuir para a redução da sino-dependência das exportações brasileiras, fato que tem preocupado algumas entidades de classe no Brasil (ver DEAGRO/FIESP 2020 e Valor Econômico 2020). Da mesma forma, a insegurança alimentar árabe também pode ser mitigada via estratégias potentes de cooperação com o Brasil, segundo maior exportador de grãos e carnes do mundo (EMBRAPA 2021).

A busca pela segurança alimentar no Mundo Árabe foi o tema central da segunda Cúpula de Desenvolvimento Econômico e Social Árabe, realizada em Sharm el-Sheikh, no Egito, em 2011. Nesta cúpula, os líderes árabes afirmaram seu compromisso com estratégias de desenvolvimento, reconhecendo que a segurança alimentar era uma prioridade para seus países e que uma nova abordagem deveria ser desenvolvida para alcançá-la. Eles também enfatizaram que a segurança hídrica deveria ser uma prioridade da ação árabe conjunta nos próximos anos para combater os efeitos das mudanças climáticas (WORLD BANK 2011). É no binômio segurança alimentar e segurança hídrica que o Brasil pode vir a desenvolver um papel preponderante no desenvolvimento econômico e social árabe. Daí a importância da evolução das relações bilaterais árabe-brasileiras das trocas comerciais para a parceria estratégica – tema a ser desenvolvido na seção a seguir.

Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: oportunidades para uma parceria estratégica

Mesmo considerando que a pandemia de COVID-19 tenha reduzido o fluxo do comércio bilateral entre o Brasil e Mundo Árabe, tal redução, na casa dos -6,3%, foi menor do que a metade da contração vista com outros parceiros comerciais, como os Estados Unidos (-23,7%) e o próprio Mercosul (-17,7%) (ANBA 2020). Essa manutenção da vontade – e da capacidade – de comerciar, mesmo na adversidade, é um demonstrativo do potencial das relações árabes-brasileiras. Contudo, essas relações são assimétricas. A balança comercial é fortemente





favorável ao Brasil, o qual exporta mais do que o dobro do que importa do Mundo Árabe (ANBA, 2020). E, como visto, a pauta é bastante reduzida de ambos os lados: enquanto as exportações brasileiras concentram-se em proteínas animais, milho, soja e minério de ferro, aquelas árabes restringem-se, basicamente, a combustíveis e fertilizantes (MALISZEWSKI 2020). Tais desequilíbrios devem-se à baixa institucionalização do comércio bilateral, dada pela ausência e/ou deficiência de estruturas financeiras e portuárias, assim como pelos poucos acordos e tratados econômicos entre o Brasil e os países da região (FRANCO; RODRIGUES 2020). Segundo o Ministério da Economia do Brasil, o país tem concluído apenas um acordo de livre comércio e um acordo de facilitação de investimentos no Mundo Árabe: o primeiro com o Egito e o segundo com o Marrocos. As negociações para a construção de um acordo de livre comércio com o Líbano ainda não foram concluídas (embora estejam em estágio avançado). E existem diálogos para firmar um acordo de facilitação de investimentos com a Arábia Saudita e um acordo de comércio com os Emirados Árabes Unidos. Contudo, esses dois últimos permanecem em estágio exploratório (ME 2022d).

Em termos de complementaridade comercial, nota-se que, enquanto os países árabes são altamente dependentes da importação de alimentos, o Brasil depende da importação de combustíveis e fertilizantes, produtos tipicamente exportados pelo Mundo Árabe. Em um país com forte dependência do modal rodoviário, o aumento do preço dos combustíveis produz pressão inflacionária, em especial sobre o preço dos alimentos. Além disso, dada a insuficiente produção nacional de fertilizantes e a vocação agrícola da economia brasileira, esse insumo tem impacto direto na produção de uma ampla gama de produtos alimentícios, além de corrigir a alimentação de aves e bovinos, ou seja, exatamente aqueles produtos que concentram a pauta da exportação brasileira para o Mundo Árabe (CAVALCANTI 2020).

Esse caráter complementar das economias árabes e brasileira aponta para a necessidade de uma parceria estratégica que transcenda os fluxos meramente comerciais e reconheça a importância de se explorar essa interdependência. Não obstante, os desafios para a consecução de uma parceria estratégica árabe-brasileira, em moldes similares àquela já em franco processo de desenvolvimento entre a China e o Mundo Árabe, são imensos. Em primeiro lugar, a lógica de comércio comida-por-petróleo pode se tornar prejudicial no longo prazo, se não direcionada para o desenvolvimento de outros setores econômicos (ROSS 2012). E é por isso que alguns países árabes já vêm impondo restrições a esse tipo de





comércio bilateral. Por exemplo: embora o Brasil seja o maior exportador de frango halal para o Mundo Árabe – totalizando quase um milhão de toneladas exportadas apenas no primeiro semestre de 2020 (AVICULTURA INDUSTRIAL 2021) – o país enfrenta forte resistência junto à Arábia Saudita, que vem impondo barreiras a essa importação, com vistas a estruturar seu mercado nacional (ANBA 2020). As barreiras de natureza não alfandegárias, recentemente revisadas pela Arábia Saudita, tinham como propósito, ao diminuir o prazo de validade do frango em mercados para apenas três meses (em detrimento da regra sanitária previamente em vigor), minar a viabilidade da importação de carnes de aves, que sofrem lapso temporal para disponibilização em decorrência do frete. Negociações entre os setores produtivos do Brasil e da Arábia Saudita, com intermediação da chancelaria brasileira, puderam reverter esse quadro (ANBA 2021a). Contudo, tais restrições podem ser novamente impostas a qualquer momento, algo que uma parceria bilateral mais ampla e institucionalizada poderia impedir.

Além disso, não há motivo para competição nesse setor, já que a concertação política entre os países que abrigam os grandes produtores de frango halal poderia permitir a exploração conjunta desse mercado em franca expansão. Atualmente, o Mundo Árabe está longe de ser autossuficiente na produção de carne de frango halal, haja vista que produz apenas dois milhões de toneladas de carne de frango para atender a uma população de 358 milhões de muçulmanos dentro do espaço da Liga Árabe (ALHARIRI; AL-MAZEEDI 2020). Além disso, o mercado de frango halal que atende as dezenas de milhões de muçulmanos que vivem na Europa também está em pleno crescimento, algo pouco explorado tanto pelo Brasil quanto pelos países árabes (LEVER; MIELE 2012). Modelos analíticos de comércio internacional, a partir de modelagem em Teoria dos Jogos, demonstram que setores com competição moderada em mercados ascendentes, quando deliberadamente constituem uma parceria estratégica, podem promover crescimentos nos setores identificados da ordem de 33% a 50%. A parceria estratégica, vista como um contrato, penaliza fortemente a não-cooperação a longo prazo: a tendência é que o retorno ao equilíbrio pré-acordo seja mais custoso do que manter a relação, dando fortes incentivos à continuidade da cooperação (HAŠKOVÁ 2017).

Ainda, se há a proporção de descompasso de 2 para 1 em favor do Brasil na balança das relações comerciais árabes-brasileiras, medidas podem ser adotadas, dentro dos termos de uma parceria estratégica, no sentido de incorporar, formalmente, quotas de comércio mais favorável entre os produtos. Por exemplo:





no início de julho de 2022, a Arábia Saudita aumentou o valor do barril de petróleo para compradores asiáticos, devido ao aumento da demanda na região, resultado direto da diminuição das restrições relativas à COVID-19 (CHEONG; CHO; PAOLA 2021). Se fossem praticados valores menores para o Brasil – exemplo que poderia ser seguido por outras monarquias petrolíferas árabes – medidas de compensação poderiam ser adotadas pela parte brasileira, tais como a redução significativa de qualquer barreira eventual ao petróleo árabe; subsídios (em compensação, permitidos pela OMC) para exportação de gêneros alimentícios (inclusive soja e milho, insumos para a indústria aviária), e repasse dessa consequente economia com os valores do frete ao valor bruto das exportações de commodities para os países árabes. Igualmente, no que concerne o comércio de fertilizantes, a adoção de medidas de liberalização da importação brasileira, e a prática de preços mais favoráveis por parte do Mundo Árabe, impactaria em economia na produção dos próprios bens exportados do Brasil para a região, a qual também poderia ser repassada.

Outra forma de cooperação que também pode ser explorada, além do comércio de bens e serviços, é o investimento árabe no Brasil. Estima-se que os investimentos árabes no país sejam da ordem de cinco bilhões de dólares (dados de 2019), porém, em ascensão (FRONTLINER 2021). Como visto, já estão em curso diálogos nesse sentido com a Arábia Saudita e os EAU. Contudo, tais negociações poderiam ser ampliadas e aceleradas dentro dos termos da construção de uma parceria estratégica, a qual poderia incluir a assinatura de um tratado bilateral de cooperação econômica Brasil-países árabes (representados, em conjunto, pela Liga Árabe). Tal tratado poderia atrair mais investimentos, oriundos principalmente de fundos soberanos, e direcioná-los para setores capazes de aprofundar e ampliar as trocas comerciais bilaterais, colhendo, dessa forma, o chamado “spill-over” da cooperação.

A estruturação de tal parceria estratégica passaria, necessariamente, pela revisão da proteção da indústria brasileira de fertilizantes. Dentre os principais produtos importados da região árabe pelo Brasil, os fertilizantes figuram como destaque, em especial os nitrogenados, que são enriquecidos com gás natural derivado do petróleo, também consumido no Brasil em residências e automóveis (PAULA 2020). A medida comercial não só favoreceria a importação de fertilizantes mais baratos do que os produzidos internamente, mas também diminuiria a pressão inflacionária sobre esses combustíveis e, conseqüentemente, sobre o preço dos alimentos. A realocação de recursos na indústria nacional é sempre





uma medida controversa, porque lida com empregos e insumos estratégicos, mas uma política governamental intencional poderia contrabalançar eventuais perdas no setor. Dentro desse debate, é importante ressaltar que um dos principais empecilhos para o avanço das negociações entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo é exatamente o impasse entre a necessidade dos países do CCG de exportar fertilizantes para o Mercosul e os entraves protecionistas impostos, especialmente pelo Brasil, no setor (ver FERABOLLI 2021). Esses e outros entraves podem ser superados por uma concertação política entre as duas organizações regionais. Negociações com os 22 Estados árabes poderiam ser institucionalizadas em outro nível caso houvesse um esforço diplomático brasileiro no âmbito do Mercosul para promover tais relações entre os blocos. Isso porque o mercado árabe também interessa aos parceiros mercosulinos e porque esses também têm muito a oferecer ao Mundo Árabe em termos de commodities alimentícias. A Cúpula ASPA promoveu alguns ensaios nesse sentido.

A primeira Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), ocorrida em maio de 2005, em Brasília, promoveu uma série de reuniões entre chefes de Estados e ministros de relações exteriores, seminários envolvendo formuladores de políticas públicas e tomadores de decisões, além de fóruns empresariais com vistas a estreitar os laços entre a América do Sul e o Mundo Árabe. Outras três cúpulas foram realizadas nos anos seguintes: Doha (2009), Lima (2012) e Riade (2015) o que demonstra o interesse das lideranças políticas e dos setores produtivos das duas regiões com a busca da aproximação horizontal nos campos da economia, comércio, política, meio-ambiente, ciência, tecnologia e também nas questões socioculturais – vide, por exemplo, a construção da BibliASPA, Biblioteca América do Sul – Países Árabes, sediada em São Paulo (FERABOLLI 2017). É exatamente para a necessidade de o Brasil liderar um processo de ampliação de acordos comerciais, econômicos, políticos e culturais com países árabes, visando à criação de uma parceria árabe-brasileira, também como estratégia de inserção internacional para as empresas brasileiras, notadamente aquelas pequenas e médias (PMEs), que esse artigo se volta a seguir.

As PMEs dentro da estratégia de parceria árabe-brasileira

A primeira Cúpula de Desenvolvimento Econômico e Social Árabe, realizada no Kuwait, em 2009, teve como uma de suas principais conquistas a criação de





um fundo de US\$ 2 bilhões para financiar pequenas e médias empresas nos países árabes (ESCWA 2014). Esse investimento está em consonância com a atual dinâmica de um mundo globalizado onde as PMEs possuem um papel fundamental para o desenvolvimento de seus países, pois são consideradas a espinha dorsal da economia nacional, uma vez que geram significativas contribuições para o crescimento dos níveis de emprego, sendo responsáveis por pelo menos 60% dos empregos no setor privado mundial (AYYAGARI; DEMIRGÜÇ-KUNT; MARKSIMOVIC 2011).

Quando comparadas às empresas de grande porte, as PMEs possuem um processo de tomada de decisão mais rápido e flexível, o que possibilita algumas vantagens, especialmente aquelas relacionadas ao processo de inovação. Entretanto, as PMEs enfrentam limitações dentro dos termos de economia de escala, disponibilidade financeira e recursos tecnológicos. O desenvolvimento da capacidade de exportações de PMEs impacta de maneira positiva em seu crescimento e desenvolvimento, pois a disputa por mercados num ambiente tão complexo e competitivo como o internacional auxilia no fortalecimento destas empresas, tanto no mercado externo como no mercado doméstico (PAUL; PARTHASARATHY; GUPTA 2017).

Uma atividade exportadora pode ser motivada por fatores internos relativos às próprias PMEs – tais como a disponibilidade de um produto inovador ou uma capacidade produtiva diferenciada – assim como por fomentos externos benéficos gerados pelos mercados onde as PMEs atuam ou pretendem atuar. Nesse sentido, taxas de câmbio vantajosas às exportações, decisões favoráveis por parte de governos estrangeiros e, principalmente, ações proativas do governo doméstico do país do exportador são exemplos de fatores externos de estímulos às exportações pelas PMEs (LEONIDOU et al. 2007). Desta forma, as ações dos governos locais, como o estabelecimento de acordos bilaterais de comércio e o desenvolvimento de programas de apoio às exportações, são essenciais para a inserção de PMEs no processo exportador. A diplomacia brasileira já vem promovendo tais ações em relação ao Mundo Árabe, com destaque para a visita do então presidente Lula à região em 2003, em um tour que incluiu Egito, Emirados Árabes Unidos, Líbano, Líbia e Síria. Importante ressaltar que essa foi “a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à região desde a viagem feita pelo Imperador D. Pedro II em 1876” (RIEDIGER 2013). O crescimento do fluxo comercial entre o Brasil e os países árabes, observado nos últimos anos, pode ser parcialmente atribuído a essas iniciativas, especialmente ao estabelecimento da supracitada Cúpula ASPA.





Contudo, se a Cúpula ASPA pode promover o desenvolvimento e o aprofundamento das relações entre essas duas regiões do Sul Global, esse tipo de interregionalismo também pode frear o ritmo da construção de uma parceria estratégica árabe-brasileira calcada, sobretudo em um primeiro momento, no comércio bilateral. Explica-se: o Brasil só pode firmar acordos bilaterais e multilaterais de comércio que envolvam tarifas aduaneiras em conjunto com os demais integrantes do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai). Com relação ao Mundo Árabe, desde 2017 está em vigência o acordo comercial Mercosul-Egito e encontra-se em tramitação, para validação nas esferas governamentais dos países do Mercosul, o acordo já assinado com a Palestina. Atualmente, o Mercosul negocia cinco acordos bilaterais com países extrabloco: Canadá, Coreia do Sul, Indonésia, Vietnã e Líbano – esse último, o único país integrante da LEA. Não há negociações interregionais envolvendo o Mercosul e a Liga Árabe e tampouco o Acordo Quadro de Cooperação Mercosul-CCG saiu do papel (FERABOLLI 2021).

Dentro desse quadro de restrições, a observação de Paul et al. (2017) de que os limites de recursos e de poder de mercado das PMEs as torna muito dependentes da formação de redes de relacionamentos em seus processos de internacionalização, é mais um indício da importância de se pensar em termos de parceria estratégica. Dados os laços culturais que conectam o Mundo Árabe ao Brasil – país que possui pelo menos 12 milhões de cidadãos que se identificam como árabes e que abriga a maior população de descendentes de árabes fora do Mundo Árabe (o que lhe conferiu o status de observador na Liga Árabe) – essas redes podem vir a ser construídas e consolidadas. Esse trabalho, na verdade, já é feito, em grande medida, pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB). Contudo, a assinatura de um amplo tratado de cooperação entre o Brasil e a Liga Árabe (que já possui um escritório de representação em Brasília), enfatizando o caráter estratégico da parceria – em termos a serem negociados e definidos pelos representantes políticos dos países envolvidos, com a participação de membros da sociedade civil e da classe empresarial, incluindo as PMEs, impulsionaria o trabalho já desenvolvido pela CCAB e pelo Departamento de Oriente Médio do Itamaraty. Leonidou et al. (2007) afirmam que as associações de indústria e comércio, tais como as câmaras de comércio, desempenham um papel influente no que tange à decisão de exportar das PMEs, funcionando como intermediárias entre as PMEs e os potenciais clientes estrangeiros.

Muitas vezes, a trajetória exportadora de uma PME começa baseada no modelo incremental de Uppsala – uma das principais teorias de internacionalização de





empresas. Johanson e Vahlne (1977) explicam que o processo de internacionalização das firmas ocorre em estágios, de forma incremental, conforme a empresa vai adquirindo conhecimento e confiança nos mercados externos. Desta forma, o modelo de Uppsala esclarece que o processo de internacionalização das empresas não decorre em função da alocação ótima dos recursos numa perspectiva econômica, mas sim de forma incremental, baseada na racionalidade limitada e na busca por redução de riscos (CARNEIRO e DIB 2007). Assim, as PMEs normalmente iniciam seu processo de internacionalização por meio das exportações muitas vezes não regulares e direcionadas para países relativamente próximos. De forma incremental, expandem suas atividades exportadoras, tornando-as regulares e buscando explorar também regiões mais distantes. Este processo incremental é baseado num dos pressupostos fundamentais do modelo de Uppsala, segundo o qual as incertezas em relação ao sucesso de uma iniciativa exportadora aumentam com a distância cultural e psíquica. Explica-se: distância psíquica é aquela percebida pelos diferentes aspectos culturais, políticos e linguísticos entre países. Quanto maior for a distância psíquica entre os países, maior será o grau de incertezas, considerando ser a distância psíquica composta por fatores de estímulos e por barreiras externas que facilitam ou retardam o processo de internacionalização das empresas (JOHANSON; VAHLNE 1977). Se o Mundo Árabe é percebido como culturalmente ou “psiquicamente” distante do Brasil, Funk (2022) demonstra como as elites econômicas latino-americanas de ascendência árabe se enxergam como seres transnacionais de um espaço híbrido árabe-latino e como mobilizam esse percebido capital cultural para obter lucro em ambas as regiões. Daí a importância da mobilização daquilo que faz de árabes e brasileiros povos similares – em termos de enfrentamento dos problemas de inserção nos mercados internacionais.

Para as PMEs brasileiras, os países latino-americanos parecem possuir uma distância psíquica menor se comparadas àquelas que são percebidas como inerentes aos países árabes com relação à cultura de negócios brasileira. Esse tipo de percepção deriva da falta de conhecimento e muitas vezes até mesmo do preconceito por parte do empresariado nacional do que seja o Mundo Árabe e de sua cultura de negócios (uma expressão ambígua por si só). Nesse sentido, os diversos cursos e seminários promovidos pela CCAB, assim como a disciplina de pós-graduação em “Relações Internacionais do Mundo Árabe” ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS, o curso de Especialização em “Relações Internacionais do Oriente Médio:





sociedade(s), cultura(s) e política” da PUC-Minas, além das publicações e eventos culturais promovidos pela BibliASPA, Editora Tabla e ICarabe, constituem hoje os alicerces do que pode vir a ser um importante pilar da parceria estratégica árabe-brasileira: a promoção do conhecimento sobre o Mundo Árabe – suas histórias, suas culturas, suas economias, suas políticas externas, suas relações regionais e internacionais, sempre plurais e impossíveis de serem sintetizadas em uma expressão tão imprecisa como “cultura de negócios árabes”.

Muito embora a quantidade de empresas exportadoras brasileiras seja considerada pequena⁸, há milhares dessas que persistem nessa atividade e possuem experiência suficiente para avançar para mercados considerados distantes, conforme os preceitos da teoria de Uppsala. O argumento neste sentido é de que há milhares de empresas brasileiras que, após iniciarem suas atividades exportadoras, continuam exportando, de forma persistente. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, das 3.980 empresas que começaram a exportar, entre 1999 e 2006, 242 permanecem exportando atualmente (MDIC 2017; ME 2022b; ME 2022c). Utilizando-se o setor de frutas como exemplo, nota-se o potencial existente de exportações de PMEs para o Mundo Árabe. Em 2017, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Egito, Argélia e Omã importaram US\$ 4,4 bilhões em frutas, sendo somente US\$ 19,5 milhões do Brasil, setor no qual há diversas PMEs atuantes no país, muitas das quais já iniciaram suas trajetórias exportadoras.

Dados como esse confirmam que há espaço para que mais empresas brasileiras, nos mais diversos setores, busquem novos mercados em países integrantes da Liga Árabe. Para tanto, o governo brasileiro poderia ser mais sensível ao fato de que um dos principais inibidores das exportações de PMEs é a dificuldade para conceder crédito aos clientes externos, ou seja, exportar concedendo prazo de pagamento ao importador estrangeiro, sem a garantia de pagamento no vencimento por parte do importador (ALAVI; KERIKMÄE 2018). Na verdade, há bancos árabes que tradicionalmente garantem o pagamento para as exportadoras brasileiras por meio do mecanismo financeiro da Carta de Crédito. Adicionalmente, considerando as atuais dificuldades operacionais da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF 2021), incluída no programa de desestatização do governo brasileiro, há a possibilidade de utilização da sistemática de seguro de crédito, disponibilizado inclusive para empresas não-árabes, pela DHAMAN – *The Arab Investment and Export Credit Guarantee Corporation*. Fundada em

8 Segundo as estatísticas do Cadastro Central de Empresas (IBGE), havia 5.239.249 empresas no Brasil em 2019. Somente 22.849 tiveram alguma atividade exportadora naquele ano, representante 0,4% do total de empresas.





1974, a DHAMAN busca promover o fluxo de capitais árabes e estrangeiros para os países árabes, além de apoiar as atividades comerciais árabe-internacionais, através da garantia de investimentos árabes e estrangeiros no Mundo Árabe e da proteção do comércio árabe-internacional contra riscos comerciais e não comerciais.

Considerações finais

Este artigo buscou demonstrar como a construção de uma parceria estratégica entre o Brasil e o Mundo Árabe poderia incrementar a participação brasileira no comércio internacional e garantir níveis mais elevados de segurança alimentar para os países árabes. No percurso dessa busca, foram revelados dados importantes sobre o comércio bilateral árabe-brasileiro, sobre as proposições das várias Cúpulas de Desenvolvimento Econômico e Social Árabe, sobre os entraves para o adensamento das relações comerciais bilaterais, sobre as possibilidades e os limites do interregionalismo árabe-mercosulino, sobre as atividades da Cúpula ASPA, sobre as ferramentas ainda pouco exploradas já existentes no Brasil em termos de mitigar o desconhecimento e a ignorância sobre o Mundo Árabe e seus mercados e, finalmente, sobre o potencial latente das PMEs brasileiras para virem a se constituir como um dos pilares das relações econômicas árabes-brasileiras. Dada a capacidade geradora de postos de trabalho das PMEs, investir na internacionalização delas é promover emprego e renda em larga escala – nos dois lados do Atlântico.

Do processo acima descrito, concluiu-se que as relações entre o Brasil e o Mundo Árabe precisam superar a lógica puramente comercial em favor da construção de uma ampla parceria estratégica nas esferas políticas e econômicas para o enfrentamento de problemas nacionais, regionais e internacionais comuns, como a fome, o desemprego, as deficiências nas estruturas de integração físicas regionais, a baixa inserção no comércio internacional e a mudez ou o silenciamento deliberado nos fóruns internacionais. O Brasil tem terra, mão de obra e capital suficiente para liderar o processo de construção dessa parceria – recursos esses de que os países árabes também dispõem para se colocar em posição de igualdade nessa relação. A passagem do potencial latente ao propósito manifesto dessa parceria estratégica depende de um fator intangível, mas incontornável: vontade dos agentes políticos e econômicos, tanto no Brasil como no Mundo Árabe.





Referências

- ABGF Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias. 2021. Disponível em: <https://www.abgf.gov.br/abgf-na-midia/reforma-do-modelo-de-seguro-de-credito-a-exportacao/>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- Alavi, Hamed; Kerikmäe, Tanel. 2018. “Mitigating the risk of documentary discrepancy in progress of Estonian export Letters of Credit transaction”. *Multidisciplinary Aspects of Production Engineering* 1, no 1: 425-432.
- Alhariri, Majed. Al-Mazeedi, Hani Mansour M. 2020. “Halal Food Production in the Arab World”. In: AL-TEINAZ, Yunes Ramadan. SPEAR, Stuart. EL-RAHIM, Ibrahim H. A. Abd. *The Halal Food Handbook*, 355-368. Pondicherry: Wiley.
- ANBA. 2020. Comércio do Brasil com Liga Árabe tem superávit de US\$ 6 bi. Agência de Notícias Brasil-Árabe, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://anba.com.br/comercio-do-brasil-com-liga-arabe-tem-superavit-de-us-6-bi/>. Acesso em: 14 ago. 2021a.
- ANBA. 2021a. Exportação do Brasil ao mercado árabe cresceu 18%. Agência de Notícias Brasil-Árabe, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://anba.com.br/sauditas-recuam-de-medida-sobre-validade-do-frango/>. Acesso em: 19 ago. 2021c.
- Avicultura Industrial. 2020. Árabes importaram quase 1 milhão de toneladas de frango halal no Brasil. Avicultura Industrial, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/arabes-importaram-quase-1-milhao-de-toneladas-de-frango-halal-do-brasil/20200723-084936-h757>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- Ayyagari, Meghana; Demirgüç-kunt, Asli; Marksimovic, Vojislav. 2011. “Small vs. young firms across the world – contribution to employment, job creation, and growth”. Policy Research Working Paper 5631, The World Bank Development Research Group.
- CCAB Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, 2020. Brasil & Países Árabes, Diplomacia Econômica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4lCHt2OxyC0>. Acesso em 22 set. 2022.
- Carneiro, Jorge; Dib, Luis Antônio. 2007. “Avaliação Comparativa do Escopo Descritivo e Explanatório dos Principais Modelos de Internacionalização de Empresas”. *Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM* 2, no 1: 1-25.
- Cavalcanti, Klester. 2020. O Brasil faria mais negócios com os países árabes se os conhecesse melhor. *Istoé Dinheiro*, 1182, 31 jul. 2020.
- Cheong, Serene. Cho, Sharon. Paola, Anthony. 2021. Aramco Raises Asia, U.S. Oil Prices in Sign Demand Seen Rising. Bloomberg, 04 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-08-04/saudi-aramco-raises-all-oil-prices-for-asia-amid-tight-market> . Acesso em: 14 ago. 2021.





- EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2021. Brazil is the world's fourth largest grain producer and top beef exporter, study shows. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>. Acesso em: 22 set. 2022.
- ESCWA United Nations Economic and Social Commission for Western Asia, 2014. Arab Integration: A 21st Century Development Imperative. New York: United Nations Publication.
- FAO Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, 2021. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4474en>. Acesso em: 14 set. 2022.
- Ferabolli, Silvia. 2017. Regions that matter: the Arab–South American interregional space. *Third World Quarterly*, 38:8, 1767-1781.
- Ferabolli, Silvia. 2021. Space Making in the Global South: Lessons from the GCC-Mercosur Agreement. *Contexto Internacional*, v. 43, p. 9-31.
- FIESP Federação das Indústria do Estado de São Paulo/Departamento do Agronegócio. 2020. “A Inserção do Brasil no Comércio Mundial de Produtos do Agronegócio”. *Painel Mercados*. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/painel-mercados-insercao-comercial-brasil-china>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- Franco, Josemar. Rodrigues, Mônica. 2020. A importância da ampliação do Acordo Mercosul-Egito. *COMEX do Brasil*, 30 out. 2020. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/a-importancia-da-ampliacao-do-acordo-mercosul-egito/>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- FRONTLINER. 2021. Valor das exportações brasileiras para países árabes já supera 2019. Disponível em: <https://www.frontliner.com.br/exportacoes-brasileiras-para-paises-arabes-ja-supera-2019/>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- Funk, Kevin. 2022. *Rooted Globalism: Arab-Latin American Business Elites and the Politics of Global Imaginaries – Framing the Global*. Indiana: Indiana University Press.
- Hašková, Simona. 2017. Strategic Partnership of Independent States as a Game. *SHS Web of Conferences* 39: 1-8.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- Johanson, Jan; Vahlne, Jan-Erik. 1977. “The internationalization of the firm – a model of knowledge development and increasing foreign market commitments”. *Journal of International Business Studies* 40, no. 9: 23-32.





- Leonidou, Leonidas; Katsikeas, Constantine; Dayananda, Palihawadana; Stravoula, Spyropoulou. 2007. "An analytical review of the factors stimulating smaller firms to export: Implications for policy-makers". *International Marketing Review* 24, no. 6: 735-770.
- Lever, John. Miele, Mara. 2012. The growth of halal meat markets in Europe: An exploration of the supply side theory of religion. *Journal of Rural Studies* 28: 528-537.
- Maliszewski, Eliza. 2020. Brasil e países árabes negociam US\$ 12 bilhões: Países também assinaram acordo de blockchain para integrar sistemas. *Agrolink*, 21 out. 2020. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/brasil-e-paises-arabes-negociam-us--12-bilhoes_441204.html. Acesso em: 14 ago. 2021.
- MDIC, 2017. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Primeira_Exp_RS_1999. [mensagem pessoal]. Mensagem pessoal recebida por edmilan11@hotmail.com em 07 nov. 2017.
- ME 2022. Ministério da Economia. Estatísticas Gerais. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- ME, 2022a. Ministério da Economia. COMEX-VIS. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 29 jul.2022.
- ME, 2022b. Ministério da Economia. Estatísticas. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- ME, 2022c. Ministério da Economia. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>. Acesso em: 27 jul.2022.
- ME, 2022d. Ministério da Economia. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/brasil-e-paises-arabes-debatem-ampliacao-e-diversificacao-de-comercios>. Acesso em: 07 mai.2023.
- MFA Ministry of Foreign Affairs of People's Republic of China. 2018. Xi Jinping Delivers a Speech at The Opening Ceremony of The Eighth Ministerial Meeting of The China-Arab States Cooperation Forum. Disponível em: http://mo.ocmfa.gov.cn/eng/zxxw/szyw/201807/t20180711_7921309.htm. Acesso em: 22 set. 2022.
- MEMO Monitor do Oriente Médio, 2021. A fome e a desnutrição no mundo árabe interferem na meta de Fome Zero até 2030, alerta relatório da ONU. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20210628-a-fome-e-a-desnutricao-no-mundo-arabe-interferem-na-meta-de-fome-zero-ate-2030-alerta-relatorio-da-onu/>. Acesso em: 22 set. 2022.
- MICHALSKI, Anna. 2019. *Diplomacy in a Changing World Order: The Role of Strategic Partnerships*. Estocolmo: Swedish Institute of International Affairs.





- Monitor Mercantil, 2020. Países árabes são 3º maior destino da exportação brasileira. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/paises-arabes-sao-3-maior-destino-da-exportacao-brasileira/>. Acesso em: 22 set. 2022.
- Paul, Justin; Parthasarathy, Sundar; Gupta, Parul. 2017. “Exporting challenges of SMEs: A review and future research agenda”. *Journal of World Business* 52, no 1: 327-342.
- Paula, Ana Carolina Scalzer de. 2020. Diagnóstico Estratégico da Indústria de Fertilizantes Nitrogenados no Brasil. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12347/1/ACSPaula.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- Riediger, Bruna. 2013. Relações Brasil-Mundo Árabe (2003-2012): as Cúpulas ASPA. 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Painel PE-P26: Novas Fronteiras para a Política Externa Brasileira. Disponível em: http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/20/1367843252_ARQUIVO_CupulasASPA_BrunaFRiediger.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.
- Ross, Michael L. 2012. *The Oil Curse: How Petroleum Wealth Shapes the Development of Nations*. Princeton: Princeton University Press.
- Tyushka, A. and Czechowska, L. 2019. Strategic partnerships, international politics and IR theory. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781788972284.00010>.
- UXCOMEX, 2021. Brasil e o mercado árabe. Disponível em: <https://uxcomex.com.br/2020/09/brasil-e-o-mercado-arabe/#:~:text=Dentre%20todos%20os%20pa%C3%ADses%20%C3%A1rabes,Emirados%20%C3%81rabes%20Unidos%20e%20Egito>. Acesso em: 22 set. 2022.
- Valor Econômico. 2020. “Fiesp alerta para a concentração das exportações” In Valor Econômico (21/10/2020). Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2020/10/21/fiesp-alerta-para-aconcentracao-das-exportacoes.ghtml> . Acesso em: 26 fev. 2022.
- World Bank, 2011. Second Arab Economic, Social and Developmental Summit. Disponível em: http://web.worldbank.org/archive/website01363/WEB/0_-11479.HTM. Acesso em: 22 set. 2022.
- World Trade Organization 2015. International Trade Statistics. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2015_e/its2015_e.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.
- World Trade Organization Statistical Review 2022. 2022. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/wtsr_2022_e.htm. Acesso em 05 de maio de 2023.

